



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Numeração Única: 0000791-90.2009.4.01.3814
APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 2009.38.14.000792-2/MG

RELATORA : DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
APELANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : GO00013207 - ADRIANA GOMES DE PAULA ROCHA
APELADO : JOSE CARLOS PEREIRA DA SILVA JUNIOR - ME
ADVOGADO : MG00097673 - VIANELLO CORREA PEREIRA JUNIOR E OUTRO(A)
REMETENTE : JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IPATINGA - MG

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ARROLAMENTO DE BENS. SUBSTITUIÇÃO DE BEM ALIENADO. ART. 64, LEI Nº 9.532/97. INEXIGIBILIDADE. (6)

1. O arrolamento de bens e direitos pela Fazenda Pública, conforme dispõe o art. 64 da Lei nº 9.532 /97, é medida para garantir ao Fisco os meios para acompanhar a evolução patrimonial do contribuinte devedor, objetivando evitar que este venha dilapidar o patrimônio e tornar-se insolvente. O arrolamento não implica em gravar ônus sobre os bens indicados, nem vedar a alienação dos mesmos, exigindo-se apenas a prévia comunicação ao órgão fazendário.

2. *“A teor do art. 64, § 3º, da Lei 9.532/1997, o arrolamento de bens não impede o proprietário dos bens arrolados de transferi-los, aliená-los ou onerá-los, sem previsão de substituição, desde que comunique o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo.”* (AMS 0000502-14.2008.4.01.3000, DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, TRF1 - OITAVA TURMA, e-DJF1 DATA:21/03/2014 PAGINA:809.).

3. Apelação e remessa oficial não providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.

Sétima Turma do TRF da 1ª Região, 11 de dezembro de 2018.

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
RELATORA

RELATÓRIO

EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, RELATORA:

Trata-se de apelação e remessa oficial em face de sentença que concedeu parcialmente a segurança, apenas para determinar à autoridade coatora que se abstenha de exigir a substituição dos bens arrolados, no processo administrativo n. 13629.003698/2006-45, caso venham a ser alienados pela parte impetrante.

A Fazenda Nacional ofereceu apelação sustentando a legalidade da exigência de substituição dos bens alienados ou transferidos, integrantes do arrolamento de bens, nos termos do art. 5º, §3º da Instrução Normativa SRF n. 264/02 sob pena de ajuizamento de medida cautelar fiscal (Lei 8.397/92).

É o relatório.

VOTO

EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, RELATORA:

O art. 64, § 3º, § 5º, § 7º, § 8º e § 9º, da Lei nº 9.532/97, no que se refere ao arrolamento de bens, assim dispõe:

Art. 64. *A autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido.*

(...)

§ 3º *A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados, ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, deve comunicar o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo.*

(...)

§ 5º *O termo de arrolamento de que trata este artigo será registrado independentemente de pagamento de custas ou emolumentos:*

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades, onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados;

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

(...)

§ 7º *O disposto neste artigo só se aplica a soma de créditos de valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).*

[*\(Vide Decreto nº 7.573, de 2011\)*](#)

§ 8º *Liquidado, antes do seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, a autoridade competente da Secretaria da Receita Federal comunicará o fato ao registro imobiliário, cartório, órgão ou entidade competente de registro e controle, em que o*

termo de arrolamento tenha sido registrado, nos termos do § 5º, para que sejam anulados os efeitos do arrolamento.

§ 9º Liquidado ou garantido, nos termos da [Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980](#), o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, após seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, a comunicação de que trata o parágrafo anterior será feita pela autoridade competente da Procuradoria da Fazenda Nacional.

A autoridade tributária pode proceder ao arrolamento de bens de ofício, quando o valor dos créditos tributários, de responsabilidade do sujeito passivo, excedem 30% (trinta por cento) do patrimônio conhecido superiores à R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos do art. 64, § 7º da Lei 9.532/97.

O arrolamento de bens e direitos pela Fazenda Pública, nos termos dos artigos 64 e 64-A da Lei nº 9.532 /97, é medida para garantir ao Fisco os meios para acompanhar a evolução patrimonial do contribuinte devedor, objetivando evitar que este venha dilapidar o patrimônio e tornar-se insolvente.

Contudo, o arrolamento não implica em gravar ônus sobre os bens indicados, nem vedar a alienação dos mesmos, exigindo-se apenas a prévia comunicação ao órgão fazendário. Após a comunicação, a autoridade tributária constatar alguma irregularidade, ou tentativa de fraude à satisfação do crédito tributário pelo Fisco, terá o prazo cinco dias para tomar as medidas judiciais cabíveis, no caso, a medida cautelar fiscal (Lei 8.397/1992).

Nesse sentido, é a jurisprudência do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ARROLAMENTO DE BENS. LIMITAÇÃO AO DIREITO DE PROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA.

1. O arrolamento de bens, instituído pelo art. 64 da Lei 9.532/1997, gera cadastro em favor do Fisco, destinado apenas a viabilizar o acompanhamento da evolução patrimonial do sujeito passivo da obrigação tributária. Este último permanece no pleno gozo dos atributos da propriedade, tanto que **os bens arrolados, por não se vincularem à satisfação do crédito tributário, podem ser transferidos, alienados ou onerados, independentemente da concordância da autoridade fazendária.**

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 289.805/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 12/09/2013) - Grifei

Quanto à exigência de indicação de bem em substituição àquele alienado por outro de valor igual ou superior, nos termos da Instrução Normativa SRF n. 264/2002, esta Corte entende que se trata de restrição inexistente na legislação de regência da matéria.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ARROLAMENTO DE BENS DE OFÍCIO. ART. 64 DA LEI 9.532/1997. INEXISTÊNCIA DE GRAVAME OU RESTRIÇÃO AO USO. POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SUJEITO PASSIVO. NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA.

1. O art. 64 da Lei 9.532/1997 prevê que o arrolamento de bens ocorrerá sempre que o valor dos débitos tributários de responsabilidade do contribuinte superar 30% do seu patrimônio conhecido e, simultaneamente, for superior à quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

2. A teor do art. 64, § 3º, da Lei 9.532/1997, o arrolamento de bens não impede o proprietário dos bens arrolados de transferi-los, aliená-los ou onerá-los, sem previsão de substituição, desde que comunique o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo.

3. Apelação da impetrante a que se dá provimento.

4. Apelação da Fazenda Nacional a que se julga prejudicada

A Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação da impetrante e julgou prejudicada a apelação da Fazenda Nacional.

(AMS 0000502-14.2008.4.01.3000, DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, TRF1 - OITAVA TURMA, e-DJF1 DATA:21/03/2014 PAGINA:809.) - Grifei

Assim, não merece reforma a sentença recorrida.

Honorários advocatícios incabíveis na espécie (art. 25, da Lei n. 12.016/2009).

Custas *ex lege*.

Isso posto, **nego** provimento à apelação e à remessa oficial.

É o meu voto.

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
RELATORA